

Formação do pesquisador: da curiosidade à criação*

Ana Clara Torres Ribeiro**

Introdução: A exigência contemporânea da pesquisa

O mundo contemporâneo caracteriza-se pela disputa em torno da capacidade de criar e de inovar. Esta disputa corresponde à aceleração da concorrência, da competição e da desigualdade entre países, regiões, localidades, instituições, agentes econômicos e segmentos sociais. Corresponde, ainda, à crescente compreensão de que a ciência e as artes tem se transformado em elementos diretamente envolvidos na valorização de recursos naturais e culturais. A ciência e as artes adquirem, com velocidade, a face da técnica e da mercadoria.

Trata-se da difusão das características do denominado, por Milton Santos, meio técnico-científico e informacional. Neste novo mundo, cujos princípios encontram-se parcial e desigualmente estendidos sobre as condições históricas pretéritas, emergem também novas estruturas de comando e poder, diretamente associadas aos conteúdos das novas redes técnicas e da informação estratégica.

As tarefas repetitivas tendem a perder valor e, com elas, o trabalho dedicado à sua realização. As máquinas assumem, cada vez mais, estas tarefas e com maior nível de exatidão e precisão. Historicamente, ao trabalho repetitivo também não se dava o devido valor, mas este trabalho era socialmente necessário; bastando lembrar, neste sentido, os movimentos diariamente repetidos responsáveis pelo desempenho no setor bancário-financeiro (PEREIRA, 1995) e pelas atividades de rotina realizadas nas empresas e nas instituições em geral. A atual frente de mudanças técnicas chega a atingir, inclusive, a organização das atividades domésticas (CARNEIRO, 1997).

Não se trata apenas, portanto, de mudanças observáveis na esfera direta da produção, onde a produtividade tem sido rapidamente alavancada através dos equipamentos da denominada inteligência artificial. Trata-se, ao contrário do que esta leitura exclusivamente centrada na produção permite ver, de uma frente de alterações que reposiciona o lugar dos serviços e do comércio na estrutura produtiva. Os serviços e o comércio tendem a adquirir uma face produtiva, autonomizada da produção propriamente dita.

As tarefas repetitivas, hoje em rápida superação, não eram necessariamente expressivas, apenas da simplicidade. Podiam ocultar aprendizados longamente adquiridos, alcançados através da perseverança e do saber prático, profundamente enraizado na cultura popular. Este saber, ao mesmo tempo que perde hoje relevância, pode se tornar de especial importância não apenas como alimento da criatividade (apropriável pelas firmas); mas, também, como formas de vida resistentes aos riscos trazidos pelo excesso de ciência e técnica na vida contemporânea.

Por outro lado, nas tarefas repetitivas também se escondiam segredos profissionais e uma forma bastante difusa de poder. Forma facilmente reconhecível nos obstáculos à eficácia diariamente reproduzidos nas grandes instituições, sobretudo na administração pública. Estão, portanto, ameaçados alguns mecanismos de ascensão social que, historicamente, abrigaram segmentos das classes médias urbanas ou dos setores populares com acesso aos processos, politicamente administrados, de integração social.

As tarefas repetitivas sustentavam enormes contingentes de um funcionalismo de obrigações pouco esclarecidas e, também, um número expressivo de formas de acesso a renda necessárias à sociedade e à acumulação da riqueza. Hoje, um grande contingente destas tarefas tende a desaparecer. As máquinas assumem as atividades rotineiras de organização, acumulação e manipulação da informação. Produz-se, assim, uma nova transparência que, se é portadora de alguns aspectos positivos para os usuários dos serviços, reduz significativamente os nichos sociais e institucionais que abrigavam aqueles que, portadores ou não de um título universitário, alcançavam romper algumas barreiras à mobilidade social.

Diversos analistas, amplamente divulgados no país, têm feito referência à crise do trabalho como centro da organização social. Outros apontam, mesmo, para a emergência de uma sociedade do ócio, em decorrência da produtividade permitida pelas novas tecnologias. Um sintoma desta sociedade seria a atual centralidade do turismo e da indústria do lazer. Um outro sintoma seria as negociações e os conflitos, hoje em desdobramento nos países centrais, em tomo da redução da jornada de trabalho e de políticas públicas voltadas à criação de empregos.

A nova face do trabalho

Seria um equívoco adotar, sem críticas, tendências mundiais como orientações para o entendimento de desafios presentes e futuros da sociedade brasileira. Entretanto, as políticas adotadas na condução da economia fazem com que estas tendências penetrem, com velocidade, na organização social do país. Assim, por sobre integrações incompletas, em grande parte tecidas nos acordos quotidianos, manifestam-se processos que apontam para a desintegração institucional e a fragmentação social.

Os recuos observados com relação ao trabalho como núcleo dos processos de organização social, evidenciados em pressões crescentes pela mudança na legislação trabalhista e previdenciária, apontam para fenômenos que atingem diretamente a socialização das novas gerações. Estes fenômenos retiram, inclusive, funções historicamente desempenhadas pela família, pelas igrejas, pela escola e pela universidade.

Observa-se, assim, que estas funções, juntamente com as suas estruturas de apoio e valores, passam a ser disputadas e apropriadas por uma nova institucionalidade. Longe, portanto, de uma linear desinstitucionalização, observa-se a afirmação de uma nova institucionalidade, onde mesclam-se atores internacionais, agentes econômicos da cena nacional e uma plêiade de programas e projetos que ensaiam estabelecer novos vínculos entre educação e trabalho.

Bastaria citar, nesta direção, os temas de qualificação e da requalificação do trabalhador e a importância hoje atribuída à denominada empregabilidade. As oportunidades de trabalho tendem a ser lidas, neste momento, como diretamente associadas a qualidades individuais: empregabilidade e trabalhabilidade são termos expressivos da presença da nova institucionalidade atuante na educação, em seus vínculos (reais ou apenas aspirados) com o trabalho.

Entretanto, podemos observar que as novas certezas não dão conta das incertezas crescentes. Estas incertezas, afinal, são fruto tanto de novos determinantes estruturais, associados à reestruturação produtiva e à globalização, quanto da ação desenvolvida por novos atores que disputam a educação e o desenho das políticas sociais em geral. Por outro lado, os processos que atingem atualmente as instituições sociais, não admitem uma única interpretação.

Afinal, a própria crise do trabalho é questionável. Não apenas porque é impossível reproduzir a vida social quotidiana sem trabalho - reprodução que se complexifica, de forma crescente, pela reestruturação produtiva e pela globalização - mas, também, pela constatação de que o próprio desemprego tem sido lançado, como elemento da crise social, aos países periféricos. Indica esta estratégia, que ilustra a atual geopolítica comandada pelas agências multilaterais e por acordos econômicos entre os países hegemônicos, o fato de que tem crescido as taxas de emprego nos Estados Unidos.

As instituições educacionais dos países periféricos, portanto, estão hoje colocadas face a um conjunto complexo de desafios que podem ser indicados, de forma simplificada, como apresentado a seguir:

- (1) disputa com atores e agentes que, emergidos das novas tendências mundiais, concorrem pelos financiamentos na área da educação, principalmente aquela mais diretamente associada à problemática do trabalho e do emprego;
- (2) preservação de princípios educacionais, valores e ética, nos processos de acomodação institucional às novas tendências;
- (3) discernimento entre as novas tendências realmente irreversíveis e aquelas que estão sendo difundidas por interesses particulares e que podem ser, portanto, retidas e contrariadas;

(4) percepção das potencialidades culturais de cada lugar e a sua defesa para que a educação estimule reais processos de integração A face didática da pesquisa social;

(5) reconhecimento da capacidade de multiplicar as oportunidades de integração portada pela educação, considerando a natureza coletiva da cultura.

A exigência contemporânea da pesquisa

Já foi afirmado que a sociologia é a ciência do óbvio. Esta afirmação, ao contrário de diminuir a disciplina, esclarece o teor da sua contribuição ao entendimento das sociedades contemporâneas. Por óbvio, compreenda-se o desvendamento das “coisas como elas são”, sob as camadas de ocultamento que impedem a análise da vida social. Sendo assim, como socióloga, devo dizer que a formação do pesquisador constitui um desafio didático específico, diferente daquele representado pela transmissão do conhecimento teórico e empírico já construído.

Esta enunciação coloca os desafios da pesquisa no terreno do banal, daquilo que parece ser “favas contadas”. Porém, creio ser necessário refletir, intensamente, sobre a especificidade do trabalho envolvido em pesquisa. Nesta direção, posso afirmar que tem sido em geral descuidada a reflexão da diferença entre conhecimento construído e produção do conhecimento novo. A secundarização desta diferença afeta não apenas a qualidade da pesquisa, gerando a sua rotinização e o uso inadequado dos recursos técnicos e humanos disponíveis; mas, também, possibilitando a perda de sua função enriquecedora dos vínculos entre universidade e sociedade.

A pesquisa deve conduzir, sem dúvida, à alteração destes vínculos na medida em que introduz novas teias e sentidos no fazer, no trato com o conhecimento. Esta alteração modifica relações institucionais e pessoais com o entorno político, econômico e cultural, transformando carreiras e a inserção, na sociedade, dos quadros docente e discente. Trata-se da possibilidade de que sejam construídas novas relações institucionais com sujeitos sociais, agentes econômicos e atores políticos.

O descuido com relação às condições adequadas à produção do conhecimento novo permite que a tão desejável relação entre ensino e pesquisa seja transformada numa receita genérica para as instituições universitárias. Nesta receita, repete-se que o professor precisa ser também pesquisador, o que em geral pouco esclarece como concretamente, o exercício da investigação pode alterar a docência e, muito menos, como pode (e deve) ocorrer a formação, das novas gerações, para as tarefas de pesquisa.

Acredito que a formação para a pesquisa ocorra a partir do aprendizado, sempre difícil, do convívio com a incerteza, com o desconhecido, com o ainda não realizado. Este aprendizado distingue-se, agudamente, daquele que ocorre através da transmissão rotineira do saber, por mais atualizados que sejam os métodos utilizados nesta transmissão. Os novos recursos técnicos podem colaborar para um alcance mais ágil e completo do conhecimento produzido ou para o registro mais completo (e mesmo belo) de fatos e experiências.

Porém, estes recursos não constroem, automaticamente, perguntas, questões e atitudes que conduzam à pesquisa sistemática. A institucionalização adequada da pesquisa depende do alcance do direito ao fazer e da interferência no saber hoje transmitido. Trata-se de uma atitude que, ao mesmo tempo em que estimula a absorção do conhecimento já produzido, instala o questionamento com relação a qualidades deste conhecimento.

Esta atitude é dificilmente alcançável nos países periféricos e, sobretudo, nas regiões não privilegiadas pela modernização. Neste sentido, devemos observar como as novas tecnologias têm sido utilizadas por nós. De fato, tem se manifestado, com muita força, a tendência a absorver a informação produzida noutras espaços e lugares ou a criatividade alheia. No máximo, têm sido apropriadas, através da técnica, novas formas de apresentar e divulgar a informação existente.

Como, porém, estabelecer a atitude da dúvida persistente e motivadora da interminável curiosidade? Como fazer de nossos alunos sujeitos produtores do conhecimento novo ou da interpretação radicalmente nova da vida social e das potencialidades do lugar? Estas são questões

extremamente relevantes. Não podemos aceitar o papel, que nos desejam atribuir, de meros consumidores de tecnologia e informação.

Apenas sujeitos sintonizados com o conhecimento profundo dos lugares, com a sua natureza coletiva, e com as tendências mundiais poderão ser propositores do saber novo. Trata-se da subordinação da técnica aos desígnios dos sujeitos do conhecimento, hoje desafiados também a reconhecer no “outro” (anteriores objetos para o pensamento positivista e cientificista) a capacidade de propor e criar.

A interatividade, permitida pela técnica, poderia ser considerada como um dos caminhos potencializadores de uma nova integração: ampliando as oportunidades de intercâmbio cultural realmente criador e criativo. Neste sentido, o intercâmbio, estimulado pelas inovações tecnológicas, pode apoiar a expressão da verdadeira natureza coletiva do conhecimento: sendo retida, inclusive, a aceleração da concorrência e da competição estimuladora do individualismo desenraizador e culturalmente empobrecido.

Limites da técnica: o que é a criação

Criatividade não é o mesmo que criação, como muitos parecem acreditar. Podemos ser muito criativos, porém estas qualidades não garantem que sejamos realmente criadores. A criação exige além de criatividade, imaginação, rigor, disciplina e conhecimento. Em nossas escolas, observa-se a freqüente confusão entre os diversos níveis e qualidades da produção dos homens, o que afasta a criatividade do terreno da ciência e da técnica. É justamente este afastamento que não pode mais ser aceito, dada a própria natureza do meio técnico-científico e informacional.

Acentuo, assim, o fato de que investimentos em computadores, atualmente indispensáveis, não substituem a formação de pessoas com capacidade de desvendar espaços e objetos para o desafio da pesquisa, para as tarefas de criação. Este desvendamento pressupõe conhecimento profundo da natureza e da vida social, exige vivência, experiência e coragem. Principalmente, quando se observa a facilidade com que se confunde, atualmente, criação e rigor com sensibilidade e talento “natural”.

Esta confusão não pode ser considerada inocente, já que constitui parte significativa dos mecanismos contemporâneos de subordinação econômica e de dominação cultural. No desafio constituído pela formação de reais pesquisadores, de verdadeiros criadores, inclui-se, também, a resistência à subordinação cultural e ao desempenho de papéis miméticos sempre atribuídos à periferia do capitalismo. Papéis que podem ser reconhecidos na carência, ainda existente, de encadeamentos entre a pesquisa universitária e a vida social, entre os recursos acadêmicos e a concepção de projetos para o enriquecimento da existência coletiva.

A contribuição da universidade, realizada através da pesquisa, não deve ser reduzida à prestação de serviços a este ou aquele ator social. Esta é, sem dúvida, outra afirmação óbvia. Entretanto, mais uma vez, pouco explorada em suas consequências para a concepção do desenho desejável para a institucionalização da pesquisa em ambiente universitário.

Ao meu ver, é necessário distinguir, com rigor, o trabalho de extensão, que tantas vezes envolve a realização de levantamentos e análises, do trabalho de pesquisa que pode (e deve) ser portador de diretrizes e estímulos para tarefas de extensão. A simbiose entre estes dois ângulos da atividade universitária tem sido produzida, infelizmente, por numerosos discursos que desconhecem o papel da universidade na produção e na difusão do saber, nas atividades de criação.

A descoberta de objetos para a pesquisa acontece, penso, através da instauração de uma atitude específica face ao real, onde se encontram imbricadas a percepção da insuficiência do conhecimento acumulado e a relação criativa com novos objetos empíricos. A instauração desta atitude, efetivamente criadora, modifica a formação profissional na medida em que rompe a percepção do “tudo já foi dito e feito” que acompanha, tantas vezes, o término da graduação.

Percepção que apoia a idéia de que profissionais prontos, construídos através da transmissão do conhecimento, não precisam assumir responsabilidades na produção do saber, no desvendamento de novas formas de fazer e agir. Poderia ser dito, assim, que a ausência da pesquisa acentua

a face reprodutora das instituições universitárias, o seu conservadorismo. reduzindo a criação como norte das práticas de ensino.

Creio ser necessário enfatizar, ainda, que o envolvimento contínuo com a pesquisa estimula a instauração de uma nova relação com o saber construído; relação que transforma o conhecimento recebido em ferramenta para a produção do novo, ampliando a responsabilidade da docência. Trata-se da inoculação da dúvida, do insuflamento da insatisfação, da viabilização do convívio com maneiras de produzir objetos e discursos, do preparo para o rigor exigido daqueles que enveredam pelos árduos caminhos que unem o saber e o fazer.

A formação do pesquisador depende da existência de laboratórios, da reunião de equipamentos, informações e recursos. Porém, depende, sobretudo, de alcance do “espírito de laboratório” — como espaço da experiência — nas instituições universitárias. Espírito que favoreça a capacidade propositiva de professores e alunos e o desenvolvimento da possibilidade de criar.

Penso que este desenvolvimento vincula-se à valorização de disciplinas dedicadas à epistemologia e às técnicas de pesquisa; valorização que precisa acontecer de forma articulada com a construção de um tecido seguro e rigoroso de certezas. Assim, a instalação da incerteza, da qual depende a pesquisa, acontece renovando e transformando esforços anteriores, permitindo a acumulação do conhecimento e o aperfeiçoamento da capacidade de agir. A juventude favorece a renovação institucional, principalmente quando abrigada e estimulada num ambiente dedicado à cultura e à descoberta.

A formação para a pesquisa associa-se ao estímulo da curiosidade científica e técnica, ao experimento com matérias e materiais, à multiplicação de contatos com pesquisadores, à emergência de novos elos com a sociedade. Assim, a pesquisa pode fertilizar a docência e o ambiente acadêmico. Porém, desde que realizada na plenitude de seus significados.

De outra forma, a denominada pesquisa transforma-se num estímulo à fragmentação institucional, calcada na disputa por recursos e no contraste entre laboratórios poderosos (alimentados pela prestação de serviços) e o descuido com a docência. Estes são riscos atuais que demandam a atenção daqueles preocupados com o estímulo à pesquisa nas instituições universitárias do país.

Papéis da Universidade: ética e sociedade

A internalização de atividades de pesquisa, em instituições universitárias pressupõe o encontro de condições favoráveis de fixação e de dedicação dos quadros docente e discente. O antes denominado “espírito de laboratório” pressupõe a existência de um ambiente de trocas permanentes. Não apenas das trocas utilitárias e previamente programadas, mas também daquelas espontâneas e produzidas pelo acaso. O ambiente físico e institucional pode estimular ou destruir as oportunidades de intercâmbio e de estímulo mútuo.

Corremos atualmente o risco de ver se afirmar uma situação universitária onde “fazer pesquisa” transforma-se em privilégio de alguns poucos ou num exercício realizado, apenas, em alguns espaços auto-segregados. Por outro lado, também corremos o risco da pesquisa transformar-se em símbolo de status acadêmico, deslocado de responsabilidades com o ensino e com a melhoria das condições de vida da maioria do povo brasileiro.

Estes riscos podem ser reduzidos por uma política institucional que preserve os vínculos criadores entre graduação e pós-graduação e que amplie as oportunidades de divulgação do conhecimento. E de essencial importância, nesta direção, que a política de qualificação / titulação de quadros seja compreendida como uma política calcada em compromissos com o lugar, com os colegas e com os alunos; sendo assim valorizadas as possibilidades de multiplicação dos acessos ao fazer e ao criar.

Os princípios do compartilhamento e da solidariedade precisam ser, neste sentido, preservados e estimulados: compartilhamento da informação, do conhecimento técnico, de bibliografia de contatos no país e no exterior, de equipamentos e linguagens; solidariedade na produção de oportunidades comuns, no enfrentamento de dificuldades técnicas e didáticas.

Face às novas características da organização técnica e social do trabalho, inclusive do trabalho acadêmico e universitário, torna-se indispensável prever (e reter) aqueles processos que podem dar

origem e estimular a concorrência ilegítima calcada na posse excepcional de equipamentos ou no alcance, politicamente administrado, de oportunidades de prestação de serviços.

Nesta direção, critérios de valor essencialmente acadêmico precisam ser reconhecidos e permanentemente publicizados, de tal forma a permitir a hierarquização legítima do ambiente institucional e a orientação dos esforços discente e docente. Para que isto aconteça, torna-se indispensável a abertura de oportunidades de expressão do discurso acadêmico e do discurso criador, através de reuniões científicas sistemáticas e da apresentação de constantes desafios às artes.

Além disto, torna-se indispensável premiar a competência acadêmica e docente, através de mecanismos de reconhecimento daqueles que efetivamente se dedicam à formação de novos pesquisadores. Esta é uma tarefa árdua e que, muitas vezes, só apresenta resultados visíveis no longo prazo. Assim, necessita ser estimulada e publicizada mediante recurso a formas de avaliação abertas ao olhar externo à instituição.

A educação hoje desejável é aquela que não desconhece o novo; mas que também não o reifica, fazendo dele um critério descolado e único de avaliação da docência, da pesquisa e da formação profissional. Até porque reconhecer o realmente novo constitui-se num desafio que só pode ser enfrentado por aqueles que dominam, amplamente, o já feito.

Assim, a preparação para o uso da técnica indica apenas uma parte pequena, ainda que essencial, da formação do pesquisador do futuro. Esta preparação precisa ser viabilizada pelas instituições universitárias sem dúvida. Porém, a capacitação técnica deverá, mais do que nunca, estar associada a uma ampla formação humanística, orientadora da produção na ciência e nas artes. O fornecimento desta formação permitirá distinguir entre as instituições efetivamente universitárias e aquelas que fazem da educação um sinônimo de treinamento de uso imediato.

Este treinamento pode seduzir alunos e pais de alunos, mas dissolve-se no ar quando as suas oportunidades de uso prático são retiradas dos lugares (dos mercados locais de trabalho) ou quando as qualidades diferenciadoras adquiridas se generalizam num amplo segmento das classes médias urbanas.

Como ainda nos diz Milton Santos, uma educação para a real cidadania é aquela que é capaz de expressar um humanismo de tipo renovado e socialmente ativo. Trata-se, desta maneira de desvendar os caminhos adequados para o alcance de uma educação ativa e socialmente consciente e, não, de uma educação reificadora de práticas ultrapassadas e de valores monos. Nesta educação, o conhecimento crítico e a defesa de direitos (próprios e coletivos) se fazem acompanhar da defesa do direito à informação significativa e estratégica e do direito à criação.

Notas:

* Texto Apresentado na Universidade Católica de Salvador, durante a Semana de Mobilização Científica – SEMOC. Salvador. 14 de setembro de 1998.

** Professora do IPPUR/UFRJ – CNPq. Pesquisadora CNPq.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, São Paulo, Cortez: Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas. 4^o edição, 1997.

DREIFUSS, René Armand. *A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização* (novos desafios), Petrópolis: Vozes, 1996 -.

ELIAS, Norbert . *A condição humana*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1991.

GIDDENS, Anthony . *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

IANNI, Octavio . *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2º edição, 1996 -.

MORIN, Edgar . *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996

RIBEIRO, Ana Clara Torres - "Traços da sociedade no meio técnico-científico e informacional". *Geosul*. Florianópolis. V. 12, N.23, 1997 -.

SANTOS, Boaventura de Souza - *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Milton. - *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo In: Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza, Francisco Capuano Scarlato e Monica Arroyo (org.) - *Fim de século e globalização*, São Paulo: HUCITEC / ANPUR1993.

SANTOS, Milton- *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.